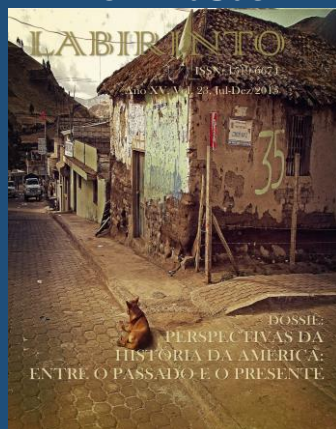


UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XV
VOLUME 23
(JUL-DEZ)
2015
PP. 318-337.

**MOVIMENTOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES RURAIS ACREANOS NO SÉCULO XX:
LUTAS POR ESPAÇO E TERRITÓRIO**
(SOCIAL MOVEMENTS OF THE RURAL WORKERS ACRE NOT TWENTIETH CENTURY : IN FIGHTS SPACE AND
TERRITORY)

TAYSON RIBEIRO TELES
Mestrando em Letras, Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre
teles-acre@hotmail.com

RESUMO: O presente ensaio constitui-se como uma análise perfunctória sobre o que acreditamos ser a real razão dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais acreanos no século XX no contexto do surgimento de sindicatos que lutavam contra a expansão dos grandes latifúndios no Estado do Acre, qual seja a ideia de que as lutas sociais erigidas pelos referidos trabalhadores não foram eliciadas apenas pelo desejo destes de manterem a posse de suas terras – que utilizavam para agricultura de subsistência em uma espécie de economia ecológica baseada no desenvolvimento sustentável, mas também pela volição de possuírem um território, no sentido simbólico, que representasse seus modos de vida, suas identidades, sua cultura. A metodologia de pesquisa é a exploração bibliográfica revisional, perscrutada pelo método indutivo, porquanto foram analisados escritos diversos sobre o tema e cotejadas ideias de autores como Carlos Alberto Alves de Souza, Milton Santos, Laura Silveira, José Eli Veiga, Rogério Haesbaert. Os resultados nos fazem inferir que para os trabalhadores rurais acreanos do final do século passado os espaços físicos que habitavam - dos quais eram aviltantemente expulsos por pecuaristas, representavam não apenas um solo para plantar, morar e viver, mas também um território cultural e historicamente simbólico. Afinal, como aduz Milton

MOVIMENTOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES RURAIS ACREANOS NO SÉCULO XX: LUTAS POR ESPAÇO E
TERRITÓRIO,
DE TAYSON RIBEIRO TELES

Santos, não há sociedade sem um espaço que lhe seja próprio, onde se realize uma identificação.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais; trabalhadores rurais; Acre.

ABSTRACT: This essay is constituted as a perfunctory analysis of what we believe is the real reason of the social movements of Acre farm workers in the twentieth century in the context of the emergence of unions fighting against the expansion of large estates in the state of Acre, which is the idea that social struggles erected by these workers were not elicited only by the desire of these to maintain possession of their lands - they used for subsistence farming into a kind of ecological economy based on sustainable development, but also by the volition of having a territory in the symbolic sense, to represent their livelihoods, their identity, their culture. The research methodology is the revisional bibliographical exploration, carefully examined by the inductive method, because they were analyzed various writings on the subject and authors collated ideas as Carlos Alberto Alves de Souza, Milton Santos, Laura Silveira, José Veiga Eli, Rogério Haesbaert. The results lead us to infer that in the Acre farm workers the end of the last century the physical spaces, the inhabitants - of whom were aviltantemente expelled by ranchers, represented not only a soil to plant, to live and live, but also a cultural territory and historically symbolic . After all, as Milton Santos adds, there is no society without a space that is her own, in which a identification.

KEY-WORDS: Social movements; rural workers; Acre.

O texto é uma análise dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais acreanos no século XX, no contexto do surgimento de sindicatos que lutavam contra a expansão dos grandes latifúndios no Estado do Acre, com enfoque na ideia de que as lutas sociais erigidas pelos referidos trabalhadores não foram eliciadas apenas pelo desejo destes de manterem a posse de suas terras – que utilizavam para agricultura de subsistência em uma espécie de “economia ecológica” baseada no desenvolvimento sustentável, mas também pela volição de possuírem um território, no sentido simbólico, que representasse seus modos de vida, suas identidades, sua cultura.

A metodologia de pesquisa é a exploração bibliográfica revisional, perscrutada pelo método indutivo, porquanto foram analisados escritos diversos sobre o tema e cotejadas ideias de autores como Carlos Alberto Alves de Souza, Milton Santos, Laura Silveira, José Eli Veiga, Rogério Haesbaert, entre outros.

BREVES NOTAS AOS ASPECTOS DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA NO ESTADO DO ACRE DO SÉCULO PASSADO

Nos diz Souza (2008) que no século XX, no Estado do Acre, homens, mulheres e crianças, nos seringais, aprenderam sozinhos a se livrarem das dominações de seus patrões – os donos dos barracões.

Esclarece o autor que diferentes historiadores persistem em tratar os seringueiros como “coisas” ou vítimas indefesas do duro, opressor e cruel sistema econômico existente nos seringais amazônicos do século pretérito, o chamado “sistema de aviamento”ⁱ, contudo tais trabalhadores rurais, não se deixaram escravizar completa e facilmente na medida em que criaram várias formas de resistência.

Assevera o pesquisador que:

Historiadores mais tradicionais não perceberam que por trás dos “farrapos humanos”, dos “flagelados”, existiam “centelhas” de esperança por dias melhores. Essas “centelhas” transformaram-se em “chamas” que iluminaram suas lutas e caminhos contra dominações. Mesmo sem partidos e sindicatos, em muitos momentos, eles resolveram defender suas vidas, sua

sobrevivência; uniram-se. Percorreram os “Varadourosⁱⁱ da Liberdade” e se comunicaram. Articularam suas resistências (SOUZA, 2008, p. 81).

O autor em apreço consigna que várias foram as práticas tradicionais dos seringueiros para resistirem às opressões de seus patrões. Havia as “fugas”, nas quais trabalhadores fugiam para outros locais de exploração de látex, deixando para trás suas injustas dívidas. Havia, ainda, a situação de constituição do chamado “meeiro”, aquele seringueiro que fugia de um seringal e por não conseguir alocar-se em outro findava por vincular-se a outro seringueiro – em uma relação de subordinação, recebendo desta metade do auferido com a produção dos dois – era um espécime de “sociedade”.

Consigna que várias foram as formas de exploração dos patrões – donos de seringais, para com os seringueiros. Segundo ele, era comum os seringalistas pesarem as borrachas dos seringueiros apenas no final da safra, a fim de que estas ficassem muito tempo expostas ao sol e no fim pesassem menos, o que ocasionava diminuição no “pagamento” dos seringueiros.

Nessa perspectiva, os seringueiros sempre encontravam formas de resistência. Alguns, diz o autor, fixavam dentro das pelas de borracha barro, macacos mortos, goma de mandioca e outras folhas e raízes diversas, a fim de que estas pesassem mais e pudessem auferir quantidades de dinheiro ou mercadorias necessárias para quitar suas dívidas e sair daquela condição de exploração a que eram submetidos.

Outra forma de resistência dos trabalhadores dos seringais acreanos, afirma o autor em análise, foi a educação. Narra o estudioso que por não entenderem muito de matemática e contabilidade – a maioria era composta de analfabetos, os seringueiros eram constantemente enganados pelos seringalistas. Tal situação fez muitos trabalhadores buscarem alfabetizarem-se, o que geralmente ocorria em grupos nos quais os professores eram trabalhadores alfabetizados.

Outro modo de resistência ao império do senhor seringalista foi a constituição dos chamados “adjuntos”, os quais eram espécies de grupos familiares de solidariedade. Basicamente, se um seringueiro não conseguia realizar determinada tarefa, como caçar algum animal para comer, o seu “vizinho” lhe ajudava ou fornecia produtos etc.

Enfim, de fato nos anos iniciais do século XX no Acre os seringueiros souberam muito bem defenderem-se das explorações que lhe eram infligidas por seus patrões. Isso, porquanto “[...] sofreram as piores torturas, as mais trágicas perseguições, muitos foram assassinados por seus patrões, tiveram seus bens roubados, suas mulheres perseguidas por outros homens, mas resistiram” (SOUZA, 2008, p. 48). Com efeito, cumpre lembrarmos que ainda hoje estão na floresta, vivendo de forma diferente da do preâmbulo do século XX, porém demonstrando que não se quedaram à condição de escravos, como muitos queriam.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES RURAIS ACREANOS NO SÉCULO XX: INICIALMENTE A LUTA ERA “ARMADA”

Após o final da segunda guerra mundial e o fim do segundo ciclo da borracha no Acre, a maioria dos seringueiros – aqueles que resistiram bravamente à cruel exploração de seus patrões - se viu sem sua principal fonte de renda – a extração de látex e produção de borracha, e alguns migraram para a cidade. Outros se transformaram em trabalhadores rurais

permanecendo em suas terras, vivendo da pequena agricultura de subsistência cominada com uma pequena produção de borracha, ou servindo como trabalhadores assalariados em fazendas.

Souza nos afirma que:

A política de ocupação da Amazônia, promovida pelos governos militares da década de 1970, foi determinante para que determinados pecuaristas adquirissem grandes terras no Estado do Acre, com participação efetiva, nesse processo, da figura do ‘grileiro’. As terras compradas ou adquiridas por meios ilegais, pelos ‘grileiros’ foram as que mais geraram conflitos, pois o ‘grileiro’ tentava a todo custo expulsar os posseiros (colonos, seringueiros, moradores, índiosⁱⁱⁱ etc.) destas terras para que elas pudessem ser vendidas a tais pecuaristas, sem problemas (SOUZA, 2008, pp. 49-50).

Tais fazendeiros que vieram do Sudeste na década de 70 foram cognominados de “paulistas”. Aduz

o autor que, dado o fato de os posseiros não terem documentos de suas terras, os grileiros usavam isso a seu favor na empreitada de tomar as terras daqueles.

Nessa contextualização, “os conflitos armados entre fazendeiros e posseiros no Acre foram inevitáveis. Muitos seringueiros foram expulsos de suas localidades por meios violentos. Outros desocuparam suas áreas mediante baixas indenizações [...]” (SOUZA, 2008, p. 50). Em resumo, as terras do Acre, em sua maioria, foram tomadas por pecuaristas e as primeiras expulsões^{iv} ocorreram em um *momentum* em que os trabalhadores rurais não tinham qualquer organização sindical ou associação que os defendesse^v.

O SURGIMENTO DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS NO ACRE

Diante das constantes disputas entre os seringueiros e trabalhadores rurais de um modo geral e os grandes fazendeiros “paulistas”, os trabalhadores acreanos criaram seus sindicatos com o desiderato de defenderem na justiça seus direitos sobre suas terras. Surgiram então os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Estado do Acre, os quais foram adjuvados em sua

estruturação por uma Delegacia da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) fundada no Acre em 1975.

Os movimentos foram ganhando força. As armas – dos posseiros, foram sendo abaixadas e passou-se a usar mais o discurso. Em 1985, no mês de outubro, aconteceu em Brasília o “Primeiro Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia”, bem como a Igreja Católica passou a realizar a “Romaria da Terra” – uma procissão /chamamento dos cristãos para lutarem pelas causas dos trabalhadores rurais.

Contudo, a violência dos latifundiários não cessava. Em 21 de julho de 1980 foi assassinado no município de Brasília o sindicalista Wilson Pinheiro, o “Wilssão”, um grande líder de seringueiros e trabalhadores do alto acre, e em 22 de dezembro de 1988 foi morto o sindicalista Francisco Alves Mendes Filho, o “Chico Mendes”, no município de Xapuri.

Por fim, Andrade (2009) nos esclarece que os trabalhadores rurais e os seringueiros foram responsáveis por várias manifestações políticas em vários municípios do Acre naquele período. Eles requeriam do governo federal não apenas o reconhecimento oficial das terras que ocupavam como ‘reservas extrativas’, mas também que as condições

para execução desse trabalho fossem definidas e caracterizadas. Os seringueiros e suas entidades de apoio utilizavam o termo “empate”^{vi}, como símbolo de suas resistências, de suas lutas e de suas reivindicações.

**POR QUE LUTAVAM OS TRABALHADORES RURAIS ACREANOS:
ESPAÇO/TERRA OU TERRITÓRIO?**

É consabido por todos que:

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o

território como uma conexão ideal entre espaço e política. Uma vez que a distribuição territorial das várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política (GOTTMANN, 2012, p. 523).

Contudo, será mesmo que território é apenas o espaço geográfico onde existem um Estado, administrado por um governo, e um povo, nação ou população? Bem, diversos autores da geografia, sociologia, ciência política e dos estudos culturais intentam definir o que seja território. Todavia, o consensual é que território é indissociável da noção de poder e que é uma visão limitada concebê-lo apenas como sendo o espaço físico onde são exercidas ações político-administrativas de nações. Portanto, várias são as visões sobre território, porquanto os autores tendem a apresentar suas visões particulares sobre o tema, sendo elas influenciadas pela realidade estudada, por seus objetivos e por suas concepções de espaço.

Denotam Boligian e Almeida (2003) que, numa perspectiva simbólico-afetiva, território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores sociais consigo mesmos e entre estes e seu meio natural são relações imersas em um plasma de sentimentos e simbolismos atribuídos a lugares, tradições, práticas culturais etc. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes ofertam uma certa identidade social. Nesse meandro, as relações de poder – como se configuram a maioria das relações sociais, dadas as identificações diferentes, se formam ou como relações de produção ou como de vivência.

Nessa direção, território também pode ser visto como “o produto da valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2004, p. 40), sendo que essa concepção do território como sendo algo simbólico é erigida pelo valor de uso, pelo vivido, pela subjetividade - a chamada “identificação positiva” com o local, a qual adquire a mesma força de realidade que têm as relações de poder abstratas^{vii}.

Nessa toada, De Souza exala que:

O conceito de território para Haesbaert Costa vai além da compreensão do domínio e poder,

focando também a perspectiva da dimensão simbólica e identitária, visão esta que se apoia na observância do espaço e o seu caráter de identidade social. Para Milton Santos esse processo de desterritorialização nada mais é do que a perda, reapropriação, criação e reconstrução, representando uma dinâmica paradoxal de transformação que sofre determinados espaços provocados pela globalização via capitalismo dentro de suas variáveis econômicas e que muitas vezes em nosso dia a dia tal compreensão desse processo de transformação do território devido sua dinamicidade nos é dificultado. Dessa forma a visão conceitual e interpretação do território por Milton Santos perpassam por questões como o seu domínio, as relações de poder presente na relação Estado-nação, o sistema econômico capitalista e o fenômeno da

globalização cujos efeitos podem ser analisados, por exemplo, nas relações entre capital e trabalho, produção e espaço (DE SOUZA, 2013, p. 166).

Diz ainda o autor que as definições de desterritorialização e reterritorialização apontam para as dinâmicas territoriais no foco das apropriações, perdas e novas reapropriações, atribuindo um caráter dinâmico e de elevada complexidade ao jogo das relações de poder e de suas dimensões simbólicas, como as questões da perda e da criação.

Ademais, neste tonário:

O espaço é, portanto, palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais (SOUZA; PEDON, 2007, p.133.).

Com espeque em tais reflexões, em primeira nota ao nosso entendimento sobre a *real* razão pela qual lutavam os trabalhadores rurais do Acre do século XX, no contexto da formação dos sindicatos, trazemos à luz um pensamento de Milton Santos, célebre geógrafo e bacharel em direito, estudioso da questão do território no Brasil, para quem “não há sociedade sem um espaço que lhe seja próprio, no qual as gerações se sucedam numa continuidade tal que se realiza uma identificação ^{viii} entre um povo e seu território” (SILVEIRA, 2010, p. 2.).

Aqui já nos cabe perguntar: por que lutavam os trabalhadores rurais acreanos do final do século passado quando resistiam às invasões/incursões de grandes pecuaristas às suas terras? Queriam eles apenas terras para plantar e subsistir? Desejavam apenas um espaço físico para fixarem moradia, construir ou manterem suas casas e na simplicidade de seu cotidiano criarem seus filhos? De fato, nos parece que não tinham volição apenas por isso. Desejavam possuir não apenas um espaço físico, mas sim um território, no sentido simbólico do vocábulo.

Aduzem Santos e Silveira (2001) que mesmo havendo uma nação ou povo sem território físico haverá a territorialidade, porquanto a sensação de

pertencimento permanece no ser humano durante toda a sua vida como uma reivindicação interna de reconhecimento.

Dizem os autores que a história se produz com todos os indivíduos sociais, todas as empresas, todos os lugares, independentemente de suas forças – principalmente econômicas. Em resumo, no desenvolvimento da humanidade, todos são importantes e fulcralmente relevantes. Sempre será necessário haver a diversidade de pessoas, comportamentos, culturas etc. Aqui compreendemos residir a luta dos trabalhadores rurais do Acre do século XX.

Tais viventes da floresta queriam poder manter dentro de si seus sentidos de pertencimento às áreas onde nasceram, foram criados, viram seus pais trabalharem como seringueiros. Podemos afirmar, sem medo, que para estes trabalhadores da terra, a floresta e suas áreas diversas de habitação representavam a história de suas vidas.

Nesse contexto, como propalam Santos e Silveira (2001), o território usado não é uma coisa inerte ou um palco por onde a vida passa. É um quadro de vida híbrido de materialidade e de vida social. No espaço simbólico de grupos sociais, dizem os autores, ações passadas –

cristalizadas em objetos, normas, costumes etc., convivem em harmonia com a vida atual, que um dia também será passado.

Aqui podemos inferir então que para os trabalhadores rurais acreanos seus territórios representavam também a perspectiva da manutenção de sua cultura, seu *modus vivendi*. Afinal, os acreanos residentes nas florestas viviam suas particularidades tradicionais por acreditarem que elas eram a melhor forma de viver e queriam que tal modo de administrar a vida não fosse obliterado pela invasão à floresta erigida pelos “paulistas” e tantos outros pecuaristas e grandes agricultores que desejavam explorar as terras acreanas.

Por falar em objetos, normas e costumes, Silveira (2010) lembra que objetos, coisas e ações não têm autonomia de existência e para serem significados precisam de um território. De fato, sabendo que coisas para serem conceituadas precisam ter um potencial explicativo, podemos pensar que os trabalhadores rurais do Acre para conceituarem a razão de suas resistências ao império agrícola que se instalava no Acre, na década de 70 do século XX, explicavam suas ações, principalmente os “empates”, como sendo a materialização de uma vontade, um desejo. Porém, tal desejo, por ser uma ação humana, não pode ser

exprimido fora de um território. Logo, os trabalhadores rurais lutavam por um território a partir deste próprio território.

Com efeito, como prima Souza (1995), devemos pensar o território como sendo ator e não como um palco das relações humanas, de modo que podemos ressaltar a ideia de que a existência do território é o matiz diferenciador da vida humana em sociedade, quando a cotejamos com outras espécies de vida. Os animais apenas lutam por espaço físico, recursos alimentícios e sexuais. O ser humano, nos parece que luta por símbolos, representações, causas, sentimentos^{ix}.

Aqui nos exsurge a ideia de que os trabalhadores rurais acreanos lutavam por ideais de vida. Por causas que acreditavam serem as melhores para a Amazônia, para o Acre e para suas vidas particulares também. Iam de encontro aos mecanismos desmedidos estipulados pelos agropecuaristas para a exploração da terra. Queriam que o Acre, a floresta, enfim seus territórios fossem explorados sustentavelmente.

Como nos diz Haesbaert (2004), para quem não o conhece o território é um terror, mas para quem o conhece ele é um instrumento de identificação afetiva. Contudo em tal território, as relações sociais são

relações de poder e sempre haverá grupos querendo controlar uma determinada área geográfica visando atingir ou afetar e controlar pessoas, fenômenos ou relações. Aqui podemos pensar que os agropecuaristas que no Acre começaram a se instalar representavam uma tentativa de controle *in faciem* dos trabalhadores rurais e isso também instou tais laboralistas a organizarem-se em movimentos sociais.

Afirma-nos ainda este autor que o território pode ser funcional e simbólico. Funcional quando é visto como abrigo, mecanismo de proteção, fonte de recursos etc. Simbólico quando é enxergado como seio de guarda de práticas culturais, modos de vida, identidades, o “valor da vida” etc^x. Como reconhece o próprio autor, em síntese, a cultura de um povo é seu próprio território.

Diz o pesquisador que a noção de pertencimento gera a ideia de domínio do lugar. Aqui podemos pensar que os trabalhadores rurais por terem nascido e sido criados nas áreas em que erigiram seus movimentos sociais, tinham por estes sentimentos de pertencimento e, por isso, não aceitavam a ideia de alienígenas do sudeste pátrio virem ao Acre para explorar suas terras.

Para o autor, o espaço físico é fixo e nos é dado pronto, mas o território, *a contrário sensu*, nós

conquistamos. Logo, ao vermos que os trabalhadores rurais, após o fim do segundo ciclo da borracha – quando deixaram de “ser seringueiros” e vieram para as cidades, conquistaram suas liberdades de poder plantar e produzir borracha sem serem humilhados pelos antigos seringalistas – tornaram-se independentes dos seus patrões, percebemos que tais trabalhadores, ao encontrarem na expansão rural dos “paulistas” a factibilidade de voltarem a ser dominados, de imediato reagiram por meio de seus movimentos sociais, os quais culminaram na criação dos sindicatos. A lógica é esta: as resistências sempre se voltam contra a dominação de uns poucos – que detêm poderes, sobre muitos.

Nesse viés, todo poder social é um poder por espaço. Como nos diz o célebre sociólogo francês Piçon (2000), a burguesia se reproduz, cresce, desenvolve e logo busca conhecer novos lugares, porquanto o usufruto de novos territórios forja novos projetos de expansão. De fato, a visão está correta. Basta vermos a nós mesmos singelos viventes da pós-modernidade – seja lá o que ela for, quando auferimos um pouco mais de renda, viajamos pelo mundo.

Aqui nos cabe pensar que o motivo da vinda ao Acre dos grandes latifundiários do sudeste pátrio em meados da segunda metade do século XX foi a vontade

por forjar novos projetos, engendrar novas riquezas. Todavia, tal volição dos “paulistas” exurgiu como inconciliável aos anseios dos trabalhadores rurais acreanos, os quais se posicionaram contrários às formas de exploração da floresta e dos recursos naturais por parte dos referidos empresários rurais.

Noutra perspectiva, abordando um pouco da relação que o trabalhador rural acreano erigia com o ambiente, seu *lócus* de vida – seu território, percebemos que tais trabalhadores, mesmo desprovidos de elevados estudos científico-acadêmicos, em sua época já detinham um senso sustentável surpreendente – praticavam uma “economia ecológica”, e uma noção de que era mister preservar os recursos naturais ao máximo para que as gerações futuras também dele possam usufruir.

Nesse enfoque, como nos diz Veiga (2008), o desenvolvimento sustentável é uma forma de exploração do meio capaz de suprir as necessidades das gerações atuais, mas garantindo também a capacidade de atender as das gerações futuras. Em resumo, é o desenvolvimento que não esgota os recursos.

Nesse diapasão, nos cabe rememorar a célebre ideia de Furtado (2007) relativa ao fato de que somente haverá desenvolvimento quando houver crescimento

econômico coadunado a um projeto social subjacente. Os trabalhadores rurais do Acre dos anos 1900 de fato, ao irem contra as políticas expansionistas dos latifundiários, tinham um projeto social de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Noutra mão, observando a relação conflituosa que os trabalhadores rurais do Acre possuíam com a própria natureza que habitavam, podemos fazer uso dos pensamentos de Murari (2009). A autora diciona sobre a visão que se tinha da Amazônia nesse lapso entre o final do século XIX e início do subsequente. Diz que os recursos naturais, nesse período, eram distribuídos com abundância na Amazônia^{xi}. Os exuberantes floresta e rio despertavam a curiosidade pelo exótico^{xii}.

Diz que tanto na Amazônia como no Sertão, em vez de adaptação havia um contínuo e irreversível esgotamento das forças do homem brasileiro habitante do interior. A terra era infatigável e sublevava-se contra as forças que permitiam a construção de sociedades, a acumulação de feitos humanos e o seu progressivo melhoramento.

Colaciona ainda a autora que a literatura regional brasileira é uma verdadeira saga da terra e sua vitória sobre o homem. Conta que, paralelo a essa literatura de

constatação da derrota humana em face das opulentas forças naturais, surgiu uma literatura rural, que produziu críticas ao modelo de exploração da terra e de expansão dos territórios sociais. Aqui podemos ressaltar o papel que tiveram os escritos e manifestos diversos escritos pelos trabalhadores rurais acreanos dentro de seus sindicatos e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) da igreja católica.

Murari finaliza sua análise dizendo que a ilusão humana de poder vir a vencer a natureza e apossar-se de suas riquezas foi tida como um poderoso impulso de conquista da evolução que se tem hoje em dia. Para a autora, esse impulso de conquista lançou o brasileiro numa empreitada em que seu poder diabólico destruidor deu origem a uma civilização que segue devastando e criando. Aqui podemos vislumbrar que tal impulso de conquista foi o que moveu os latifundiários “paulistas”. Porém, tal conquista não obteve o apoio dos trabalhadores rurais acreanos^{xiii}.

Aqui podemos suscitar, também, a ideia de que os trabalhadores rurais do Acre resolveram lutar pela manutenção de suas presenças na floresta e nas áreas de terra, pois se enxergavam como os únicos capazes de bem administrar a natureza na medida em que com ela

se relacionavam há muito tempo e de forma harmoniosa.

Edward Said (2011) esclarece que desde que o mundo é mundo as dominações social, política e econômica ocorrem subjacentes a uma teorização que tenta conformá-las, classificando-as como civilizatórias. Diz o estudioso que o dominante justifica toda forma de castigo ou desrespeito às culturas dos povos dominados dizendo que estas são culturas inferiores. Assim, o castigo é resposta à indolência e rebeldia do nativo.

Aqui podemos pensar que de fato os agropecuaristas ao humilharem os trabalhadores rurais acreanos dizendo que estes nada entendiam de ciência, plantio etc., e por isso não eram os mais capazes para administrarem a exorbitante Amazônia, pleiteavam para si uma possível legitimidade civilizatória no sentido de levar a “modernidade” – gados, técnicas de plantio avançadas, maquinários etc. - à floresta^{xiv}.

METODOLOGIA E MÉTODO

No que se refere às fontes de pesquisa, o estudo foi desenvolvido preconizando-se a tipologia da fonte bibliográfica, tendo se efetuado cotejo e cruzamento

entre pensamentos de vários autores especialistas na área da Educação Ambiental. Optou-se por este método de estudo, pois, como primam Bastos e Keller (1997), neste tipo de pesquisa exploratória, baseada na leitura dados secundários de livros ou outros tipos de documentação escrita (artigos, periódicos, dissertações, teses etc.), é factível obter-se subsídios para a interpretação e compreensão de um fenômeno ou responder a perguntas de pesquisa.

Por fim, quanto ao procedimento de pesquisa, basicamente o método utilizado foi o indutivo. Escolheu-se agir assim, porquanto, como dizem Lakatos e Marconi (2011), a indução é um processo intelectual em que, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universalizável, não integrante dos fragmentos analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa breve (in)conclusão, podemos dizer que os resultados nos fazem inferir que para os trabalhadores rurais acreanos do final do século passado os espaços físicos que habitavam - dos quais eram aviltantemente

expulsos por pecuaristas, representavam não apenas um solo para plantar, morar e viver, mas também um território cultural e historicamente simbólico. Afinal, como aduz Milton Santos, não há sociedade sem um espaço que lhe seja próprio, onde se realize uma identificação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria do Carmo. **Seringueiros**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 28 set. 2015.

BASTOS, C.; KELLER, V. **Introdução à metodologia científica**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. *A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia*. In: **Ambientes: estudos de geografia**. (org) Lúcia Helena de Oliveira Gerardi. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teórica – AGETEO, 2003, p. 235-248.

DE SOUZA, José A. **O território na perspectiva das dimensões simbólicas, culturais e identitárias**. Salvador: *Revista Ambivalências*, v1, jul-dez, pp. 156-177, 2013.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. Tradução de Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Campina Grande: *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n. 3, pp. 523-545, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: [Bertrand Brasil](#), 2004.

HOLANDA, C. da S. **Território: uma combinação de enfoques – material, simbólico e espaço de ação social**. *Revista Geografar*. Curitiba, v.4, n.1, p.98-115, jan./jun, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MURARI, L. “Em guerra contra a natureza: representações do conflito entre o homem e o meio no Brasil”. In: MURARI, L. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda Editorial, 2009, pp. 117-185.

SANTOS, Milton. *O Retorno do Território*. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, pp. 15-20.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século 21**. Rio de Janeiro: Record, 2001, 473p.

SAID, E. W. “Territórios sobrepostos, histórias entrelaçadas”. In: SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cia das letras, 2011, pp. 33-98.

SILVEIRA, Maria Laura. *Espaço geográfico e fenômeno técnico: por um debate substantivo*. In: BOMFIM, Paulo Roberto Albuquerque; SOUSA NETO, Manoel Fernandes (Orgs.). **Geografia e Pensamentos Geográfico no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010, pp. 123-139.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre: novos temas, novas abordagens**. 6 ed. Rio Branco: Editor CAAS, 2008, 212p.

SOUZA, M. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, I. et. Al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

SOUZA, Edvaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. **Território e Identidade**. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas - MS*, v 1 – n.º6 - ano 4, nov, 2007.

SOUZA, L.A.G. **Centralização ou pluralidade? O caminho criativo das CEBs**. *Mutações sociais*, Rio de Janeiro, n. 1, julho-setembro, 2002.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, 220p.

Recebido em: 01/10/2015

Aprovado em: 11/01/2016

Publicado em: 29/01/2016

NOTAS

ⁱ “Resumidamente, o sistema de aviamento funcionava da seguinte forma: o seringueiro produzia borracha e a entregava ao patrão seringalista para pagar suas dívidas, situação em que muitos obtinham saldos; o seringalista vendia a borracha para as casas aviadoras de Belém e Manaus, onde parte da produção era destinada somente para pagar as dívidas dos instrumentos e mantimentos fornecidos pelas casas aviadoras; as casas aviadoras vendiam a borracha, comprada dos seringalistas e produzidas pelos seringueiros, às casas exportadoras existentes em Belém e Manaus. Por fim, as casas exportadoras vendiam a borracha acreana para as indústrias da Inglaterra e dos Estados Unidos. A borracha era mercadoria na cadeia de aviamento e matéria prima nas indústrias internacionais” (ibid, 2008, p. 81). Contudo, nesse procedimento percebemos que o seringueiro era constantemente humilhado, porquanto recebia muito pouco pelas horas de trabalho na feitura de pelas de borracha, tendo muito vezes ganho nenhum, pois possuía dívidas junto ao seu patrão relativas a alimentos e instrumentos de laboro. Era de fato um sistema injusto.

ⁱⁱ Varadouro é o nome que se dava às estradas de seringa – pequenos caminhos/trilhas pela floresta.

ⁱⁱⁱ “As populações indígenas do Acre também foram vitimadas pela chegada da pecuarização. Chamados de ‘caboclos’ pelos seringueiros, os índios foram chamados pelos fazendeiros de

‘índios sujos’, ‘bóias-frias’, ‘preguiçosos’ etc. Muitos acabaram trabalhando como peões em fazendas por um salário” (ibid, 2008, p. 50).

^{iv} Após serem expulsos, muitos seringueiros mudaram-se para seringais na Bolívia, que faz fronteira com o Acre por meio do Departamento de Pando. Consoante dados de 1979 da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) naquele ano quase 5 mil trabalhadores deslocaram-se para o país boliviano.

^v Souza (2008) diz que a Polícia muitas vezes fazia o papel de protetora dos “grileiros”, nas violentas práticas contra os posseiros.

^{vi} Termo que nomina o ato em que seringueiros uniam-se pelas mãos em frente a máquinas que efetuavam a derrubada de árvores para expansão agrícola no Acre. De modo simbólico, tais trabalhadores rurais “empatavam”/impediam que as máquinas cortassem árvores.

^{vii} Holanda (2009) diz que tanto no discurso de Haesbaert quanto no de Bolígian e Almeida são apresentadas as relações sociais do território por meio da ideia de ações. Estas podem ser coercitivas ou repressivas, mas também um meio de identificação de valores, de sentidos. Dessa forma, o território representa um local que

fundamentalmente abrigará uma ou várias identidades na sua flexibilidade cultural, porquanto é “um ato, uma ação, uma ‘rel – ação’, um movimento [...] um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle” (HAESBAERT, 2004, p. 127).

^{viii} Nesse rumo de pensamento, externa o próprio Milton Santos que “vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não do território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (SANTOS, 1994, p. 15).

^{ix} Como nos esclarece Barel Apud Haesbaert (2004, p. 135) “[...] o homem, por ser um animal político e um animal social, é também um animal territorializador. Diferentemente, talvez, de outras espécies animais, seu trabalho de territorialização apresenta, contudo, uma particularidade marcante: a relação entre o indivíduo e o grupo humano e o território não é uma relação biunívoca. Isto significa que nada impede este indivíduo ou este grupo de produzir e de habitar mais de um território [...] é raro que apenas um território seja suficiente para assumir corretamente todas as dimensões de uma vida individual ou de um grupo. O indivíduo, por exemplo, vive ao mesmo tempo ao seu ‘nível’, ao

nível de sua família, de um grupo, de uma nação. Existe, portanto, multipertencimento territorial”.

^x Além do que, para os dominantes o território é verdadeiramente um complexo mercantil ao passo em que para os dominados é um meio de sobrevivência cotidiana.

^{xi} A autora analisa textos ficcionais e verídicos de autores como Euclides da Cunha, Graça Aranha, Alfredo Taunay, Alberto Rangel etc. Narra como tais autores denunciaram a modernidade nascente frente à devastação brutal da natureza. Objetiva a autora discutir a construção do império nacional acerca dos dilemas conscientes e temerosos do peso da formação colonial e escravocrata do Brasil.

^{xii} Curiosidade esta que nunca foi totalmente saciada pelas várias incursões ocorridas no território durante a colonização.

^{xiii} Para a historiadora a devastação e criação tornam-se, assim, dois aspectos inseparáveis da história brasileira. A destruição das matas, por fogo, foi a origem irredutível do estabelecimento do homem no meio. Desse modo, para a autora é imprescindível que o país, a sociedade, reconsidere o marco de sua formação. É preciso compreender que a atual configuração brasileira não é resultado apenas da atuação humana, é o produto de uma luta entre o homem e a natureza.

^{xiv} O autor diz que o império objetiva, basicamente, a posse da terra ou a expansão do poder e força do Estado sobre outras

MOVIMENTOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES RURAIS ACREANOS NO SÉCULO XX: LUTAS POR ESPAÇO E TERRITÓRIO,
DE TAYSON RIBEIRO TELES

sociedades. Said consigna que foi graças a essa volição pelo domínio da terra que surgiram questões como as hierarquizações de gênero, classe social, etnia e raça. Enfim, para o autor, um *imperium* é um conjunto de experiências entre dominados e dominadores. Said conta que para assessorar os imperialistas, os romances pretéritos caricaturaram o colonizado e seu ambiente como algo excêntrico, estranho, rústico; um *lócus* de trabalho

braçal em detrimento do desenvolvimento intelectual. Diz o autor, ainda, que para dominar também foram forjadas críticas ao *modus vivendi* do colonizado. Isso, porquanto seus rituais místicos, sua magia, curandeirismo, canibalismo e tantas outras práticas foram todas classificadas como sendo integrantes de uma *cultura inferior*.